

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado João Amin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Neste momento, passo a Presidência ao sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de cumprimentar o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, o deputado padre Pedro Baldissera, demais deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, deputados Manoel Mota, Dalmo Claro, Cleiton Salvaro, Neodi Saretta, Cesar Valduga, Antônio Aguiar e todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, ontem foi um dia muito importante com relação ao assunto que por muito tempo toma conta de uma pauta negativa na Grande

Florianópolis, que é o contorno do anel viário. Mas tivemos uma boa notícia. E juntamente com o deputado federal Esperidião Amin, com o vereador Pitanta, de Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, o prefeito de Palhoça, que não pode estar presente, questionamos não só o diretor da ANTT, Jorge Bastos, como a sua assessora Viviane, com relação a uma notícia, que foi tratada na comissão de Transportes na semana passada, sobre um possível pedido de mudança do traçado daquela obra que era para ter sido finalizada em 2012 e tem hoje o licenciamento ambiental, tanto por parte do Ibama como o licenciamento por parte da Funai, dado recentemente ao trecho de 51km, que é a extensão da obra.

É bom lembrar que há três sextas-feiras um caminhão vindo da Bahia bateu numa moto causando uma fila que impedia quem estava na Ilha de Santa Catarina ir ao Continente, devido ao grande tumulto que ocorreu. Será que esse caminhão que vinha da Bahia e ia ao Rio Grande do Sul deveria estar passando ali? Então, foi uma reunião muito importante e o diretor Jorge Bastos garantiu para que até a primeira quinzena de maio vá nos prestigiar na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, fazendo a apresentação final do projeto já com as licenças tanto da Funai quanto do Ibama.

Então, foi uma grande reunião ocorrida durante a tarde de ontem com a deputada Dirce Heiderscheidt e o vereador Pitanta, acompanhados e marcados pelo deputado federal Esperidião Amin.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo por levantar um tema importante e fundamental para a região da Grande Florianópolis. Anel viário, seja lá o nome que tem que ser dado. O que acontece? Estava no contrato com aquela empresa espanhola que implantou o pedágio, que eles teriam três anos para executar a obra. Já foi, já passou, já era. Então, entendo que está na hora dos políticos se mexerem. Eu acho que Santa

Catarina não pode passar por essas questões, por esse vexame de assinar um contrato, de publicar em toda a imprensa e depois ficar no vazio. O que deve estar pensando a sociedade? Muitas entidades participaram desde o primeiro momento.

Então, eu quero cumprimentar v.exa. e dizer que esse é o caminho. Por isso a importância de ter neste Parlamento esse sangue novo, para ter coragem de enfrentar, como eu enfrentei a duplicação da BR-101 durante 30 anos, que hoje ainda não está concluída.

Então, novamente quero cumprimentar v.exa. e todos aqueles que participaram efetivamente. Quero me colocar à disposição para ajudar, pois não podemos pagar esse preço, ou seja, é muito mais rápido vir de Araranguá a Palhoça, do que vir de Palhoça para Florianópolis. Essa obra tem que ser a prioridade das prioridades. Esse é o caminho para buscar as soluções que o povo espera.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, que faz parte da comissão de Transportes. Sei que vai estar junto conosco, com a sua experiência, com a sua fiscalização passando a sua experiência e o seu conhecimento para que possamos fazer essa cobrança. É importante dizer que essa reunião vai depender do diretor Jorge Bastos. Vamos agendar e trazer também o secretário Cassio Taniguchi.

Queremos convidar as prefeituras de Florianópolis, Palhoça e Biguaçu, as Câmaras de Vereadores, seus presidentes, as associações comerciais, as câmaras dos dirigentes lojistas dos municípios e todas as entidades relacionadas a questão.

E hoje, pela manhã, também, numa reunião extraordinária da comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano, foi tratado um assunto muito importante. Em Florianópolis, 21 famílias terão seus imóveis afetados por essa nova demarcação da secretaria de Patrimônio da União, que na semana passada era manchete em todos os jornais. Tivemos a presença da superintendente Tereza Cristina Godinho Alves hoje, numa discussão muito proveitosa com representantes dos bairros

Carianos, Daniela e Jurerê. Veio também o dr. Joel de Menezes que escreveu um artigo sobre o assunto. Esteve conosco também a Procuradoria Geral do município de Florianópolis representada pelo dr. Alessandro Abreu.

Foi uma reunião extraordinária com a repercussão de uma audiência pública, devido à relevância do tema, enfim uma reunião muito positiva. O técnico Juliano do SPU estava presente. Houve uma apresentação das linhas gerais que norteiam a homologação da linha dos terrenos de marinha. Houve vários questionamentos.

Tive a oportunidade, juntamente com os deputados Cleiton Salvaro e Cesar Valduga, de ouvir a apresentação dos técnicos. Pudemos questionar sobre a metodologia utilizada para essa demarcação que está causando um verdadeiro terror em 30 mil famílias apenas em Florianópolis.

Até conversava com os deputados que toda a margem de maré, seja de rio, laguna, lagoa será afetada e não apenas Florianópolis sofrerá com isso. E a população precisa ter a informação porque depois terão apenas dez dias para constituir a defesa do imóvel. Por isso é importante que as associações de moradores se organizem. Já conseguimos agendar uma audiência pública em Florianópolis e aí poderemos convidar toda a cidade. Também São José e outros municípios já vêm se mobilizando.

Então, hoje houve o compromisso por parte da secretaria do Patrimônio da União de comparecer à audiência pública, que já está marcada para o dia 6 de maio, às 7h30min. A secretaria do Patrimônio da União também hoje se comprometeu a disponibilizar o mais rápido possível os estudos sobre a demarcação dos terrenos de marinha na internet para facilitar o acesso a essas informações. O estudo já está em fase final de digitalização. A notificação pessoal é necessária, e não só por edital dos ocupantes ou proprietários de imóveis que estejam localizados em terrenos de marinha ou vizinhos. E também a Secretaria de Patrimônio da União se comprometeu a ajudar a realização desta audiência pública que será muito

importante, como foi hoje essa reunião preliminar, para levar à população, seja ela afetada ou não, mas essas 30 mil famílias terem acesso à informação o mais rápido possível para que possam começar a produzir a sua defesa. E nós não vamos deixar de tratar na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano sobre esse tema que, no primeiro momento, afeta 30 mil famílias em Florianópolis, mas com certeza o estado de Santa Catarina vai aspirar um número muito maior de pessoas, por isso a Assembleia Legislativa tem esse papel tão importante na discussão desse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência gostaria de comunicar a presença dos alunos da Escola Engenho, de Florianópolis, sob a liderança da professora Suzane. Desejamos a todos as boas-vindas.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, em exercício, deputado Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. É com satisfação que, hoje, nós viemos aqui mostrar à Santa Catarina a ordem de serviço para a construção do moderno fórum de Canoinhas. Este pequeno *layout* que vamos apresentar e que, ontem, estivemos no Tribunal de Justiça com o presidente, sr. Nelson Scheffer Martins, assinou a referida ordem de serviço para início da construção dessa importante obra para a comarca de Canoinhas, essa comarca atende também os municípios Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo.

Queremos primeiro, agradecer ao presidente do TJ pela determinação de v.exa. em dar a ordem de serviço. Serão mais de R\$ 18 milhões investidos. Canoinhas terá um importante fórum novo que possui as seguintes características no projeto geral: seis unidades jurisdicionais completas, um juizado especial, dois gabinetes de juízes substitutos,

ala independente para a instalação do Ministério Público, biblioteca, salão do júri, estacionamento privativo, estacionamento público; característica do projeto sustentabilidade: aproveitamento da água da chuva, estação de tratamento de afluentes e efluentes, telhado verde sobre o salão do júri; características de segurança: portas giratórias, sala de segurança, catracas, celas, esperas de menor, fluxos de réu preso, alojamento militar, sistema CFTV, guarita e cercamento do terreno; características de acessibilidade: vagas exclusivas, rampa de acesso ao pavimento térreo, elevadores para fluxo interno de pavimentos e sanitários acessíveis.

Também, serão instaladas seis varas e mais o juizado especial, dois juízes substitutos. Com certeza a nossa Justiça será mais célere, será mais rápida! A nossa Justiça vai melhorar no município de Canoinhas.

E temos também, sr. presidente e demais srs. deputados, a informação da inclusão do trecho da rodovia SC-477 entre Canoinhas e Major Vieira e Papanduva no plano viação, o PNV.

Nós já tivemos importante destaque na federalização na BR-280 entre Canoinhas e Porto União, no qual fomos o Relator da lei da federalização dessa importante rodovia.

Hoje o planalto norte vê a diferença da rodovia 280 entre Canoinhas e Porto União. Além do que podem questionar o que faria um trecho da rodovia estadual catarinense ser inserido no Plano Nacional de Viação que é uma demonstração do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, o DNIT, por meio de sua coordenação de planejamento na melhoria dessa estrada como parte do planejamento orçamentário do Ministério dos Transportes.

A justificativa da Portaria n. 69 do Ministério dos Transportes de 25 de abril de 2006 que normatiza os procedimentos e critérios para a absorção de rodovias estaduais existentes coincidentes com as rodovias federais planejadas. Esse é o caso do trecho de 34 quilômetros da SC-

477, entre os entroncamentos da BR-280 do município de Canoinhas e BR-116, em Papanduva.

A rodovia estadual existente tem um traçado similar ao de uma rodovia federal planejada, de junção entre outras duas rodovias federais. A partir daí o trecho da SC-477 passou a fazer parte do planejamento de obras do Ministério dos Transportes.

E porque razão trago o assunto ao debate em nosso Plenário? Pelo simples fato de que esse é um importante trecho rodoviário para o planalto norte, que está em péssimo estado de conservação e a possível federalização é uma saída vista com muito bons olhos pelas lideranças locais.

Devo reconhecer que o Deinfra e a secretaria de Infraestrutura tentam fazer o possível para manter essa rodovia, e ainda no período em que meu colega Valdir Cobalchini era o secretário da Pasta, em 2013, foi feita uma operação tapa-buracos, com o objetivo de melhorar as condições daquele trecho.

Estamos falando de um trecho bastante sinuoso, com aclives e declives, que registra grande movimento de cargas na região, especialmente no período de safras de milho e da soja, mas também tem grande fluxo de caminhões com madeira, que saem dos reflorestamentos da região para as indústrias de transformação.

Uma operação tapa-buracos, por isso tem validade limitada, e depois de algum tempo de chuvas intensas e muitos caminhões passando por lá, a estrada está outra vez em péssimo estado. Está muito ruim e representa risco para os usuários, tanto é que hoje, quem ali trafega precisa estar muito atento, para desviar de buracos, que muitas vezes já se transformaram em crateras. Situação que ainda fica mais precária em dias de chuva, de serração e no período noturno, até porque outro problema está na falta da renovação das placas de sinalização vertical e horizontal, bem como nas roçadas laterais.

Por isso, a população local vê com simpatia uma possível federalização do trecho, que possa

representar a melhoria das condições da pista, com mais segurança para quem nela transita.

Nós temos um exemplo recente de federalização da BR-280 que foi uma federalização importante porque hoje é um dos melhores trechos da BR-280, Canoinhas a Porto União, bem sinalizada com as laterais, com a roça feita, o roçado perfeito, com boa visibilidade. Portanto, nós temos experiência que a federalização no planalto norte funcionou. Temos que dar mão à palmatória.

Deputado Dirceu Dresch, deputado Neodi Saretta, o governo federal fez uma excelente obra no planalto norte.

A nossa constatação é que o Deinfra, que tem um estudo de viabilidade, apesar de técnica, econômica e ambiental, para subsidiar a proposta de federalização da estrada através da Evtea, como é chamado esse tipo de estudo, precisa ser contratado pelo estado, e é um estudo detalhado sobre a movimentação e o interesse econômico daquela estrada.

Enfim, nós vamos continuar com esse nosso discurso, esse nosso empenho, esse nosso trabalho para fazer a federalização de Canoinhas a Papanduva.

Temos também o importante trecho da BR-280 onde passa a linha férrea na cidade de Mafra, e após vários contatos, vários pedidos feitos à NTT, hoje, neste momento, está sendo feita a recuperação da ferrovia na BR-280, na cidade de Mafra.

Portanto, nossos parabéns aos órgãos que estão presentes, fazendo com que essa ferrovia tenha uma melhor travessia pelos usuários. Uma travessia com buracos na rede ferroviária federal prejudicava muito o transporte nessa região.

Sr. presidente, srs. deputados, o transporte é um setor importante no estado de Santa Catarina, principalmente no planalto norte. Por isso, cobramos neste momento também a recuperação da Rodovia SC-477 no trecho Doutor Pedrinho à Moema, no município de Itaiópolis, um segmento importante; e lá estavam às máquinas, também a contratação de óleo diesel dos postos de gasolina,

já havia pessoas morando nas casas de aluguel, enfim, estava tudo pronto para o início das obras e, repentinamente, não sabemos por que, as obras pararam.

Eu acho que esse alerta que estamos fazendo sobre a SC-477 no planalto norte é muito importante. Esse elo entre o planalto norte e o vale do Itajaí se faz muito necessário, uma vez que uma viagem do planalto norte para Florianópolis se econômica em torno de 100km. E por que não se dar prioridade para a Rodovia SC-477 uma vez que já foi adiado o início dessa obra por razão de mudanças de orçamento? Queremos que o orçamento da Rodovia SC-477 permaneça, e também o início das obras que já estava para acontecer ocorra o mais breve possível.

Portanto, temos certeza de que o secretário da Infraestrutura tomará conhecimento através do pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, da retomada da construção da Rodovia SC-477 de Moema ao município de Benedito Novo e Doutor Pedrinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Antônio Aguiar, a Rodovia SC-477 que v.exa. critica é uma obra estadual?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sim, e precisa de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado às Breves Comunicações, com a palavra a próxima oradora inscrita deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, muito boa-tarde também a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, e quem nos dá a honra da presença neste Plenário. A nossa fala hoje, sr. presidente, srs. deputados, é com respeito à área da saúde, nós que temos a responsabilidade de presidir essa comissão tão importante nesta Casa, e que já gerou muitas demandas para os deputados que a compõem como os deputados Dalmo Claro, Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso, Cleiton

Salvaro e Cesar Valduga, já que temos um bom ano de trabalho para orientar ou tentar solucionar todas as dificuldades que a nossa população, que os nossos hospitais, que a nossa atenção básica à saúde estão enfrentando.

O direito à saúde está garantido na Constituição de 1988, assegurando que as pessoas tenham acesso às políticas, aos bens e aos serviços de saúde. Houve uma longa e grande discussão em 1988 para formalizar a nossa Constituição. E esse é conceito ampliado de saúde que não é somente a ausência de doença, é muito mais amplo que isso. Para que uma população tenha saúde é necessário que todos os setores, todos os agentes das políticas de saúde se articulem, gerando melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Os governos federal, estaduais e municipais devem estabelecer políticas de atenção focadas à prevenção e também ao tratamento da saúde. O governo federal tem estabelecido uma relação republicana com estados e com os municípios, destinando recursos e criando políticas de prevenção à saúde.

Com o 'Programa Mais Médicos', por exemplo, tivemos um investimento, inclusive no nosso estado, significativo, com atendimento mais perto da comunidade, com ampliação das equipes da saúde da família, o modelo de atenção básica que se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais, que é: o médico, o enfermeiro, o cirurgião-dentista, os agentes comunitários, auxiliares de enfermagem, atuando a partir do conhecimento da realidade do local e das necessidades daquela população. Isso é atenção básica à saúde.

Hoje o maior problema de saúde, além do financiamento é a falta de gestão. E falo aqui principalmente na gestão dos hospitais que é o gargalo, e continua sendo principalmente os serviços de emergência e urgência.

Para reverter esse quadro, em 2011 o governo federal estabeleceu uma nova estratégia de repasses para o custeio de serviços de urgência e

emergência no nosso país. Custeou esses serviços para os nossos hospitais, embora tivesse acontecido em 2011, mas somente em 2013 tomou corpo esse programa.

Através da atenção às urgências e às emergências o pacto com os estados e com os municípios, os hospitais tiveram uma alocação de recursos financeiros feitos pelos procedimentos realizados pelos hospitais. É uma política que tem garantido o funcionamento principalmente de leitos de UTI e também os prontos atendimentos via fundos municipais de saúde.

Cito como exemplo minha região do vale do Itajaí, onde quatro hospitais integram os serviços de emergência e urgência. Desde agosto de 2013 recebem recursos federais para custeio dos procedimentos. Foram mais de R\$ 16,6 milhões já repassados pelo governo federal ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau, desde agosto de 2013 à março de 2015 para os hospitais Santo Antônio, Santa Isabel e de Misericórdia.

Temos também R\$ 9,4 milhões do Fundo Municipal de Saúde, no município de Rio do Sul, nem no mesmo período, para o custeio dos serviços de urgências e emergências do hospital Regional de Rio do Sul, e mais R\$ 2,5 milhões ao Fundo Municipal de Saúde para o município de Brusque para ser destinado ao hospital Azambuja, ali daquele município.

O governo federal srs. parlamentares, também aprovou no ano passado a pactuação de novos leitos aumentando o repasse mensal ao custeio das urgências e emergências dos hospitais catarinenses.

O hospital Santo Antônio, por exemplo, do município de Blumenau recebeu cinco novos leitos de UTI adulto, para receber mensalmente R\$ 550 mil. Mais R\$ 109 mil a mais, do que vinha recebendo pelos procedimentos no pronto atendimento, no pronto socorro e nos oito leitos de UTI pediátrica.

O mesmo aconteceu com o hospital Santa Isabel, de Blumenau que tiveram aprovados pela rede de atenção as urgências e emergências, mais 15 leitos de UTI adulto, 15 leitos de cuidados intensivos,

seis leitos da unidade coronariana, e com isso o repasse do governo federal para o custeio desses serviços dos atuais R\$ 500 mil mensais, que o hospital Santa Isabel recebe para R\$ 888 mil mensais.

Além de outros hospitais da nossa região receberam também apoio do governo federal, a exemplo do que falei antes do hospital Misericórdia, do município de Blumenau que teve aprovado dez leitos de retaguarda clínica, num total pactuado de R\$ 65 mil mensais. Esse era o grande problema dos hospitais, principalmente.

Por isso, o governo federal fez esse programa e que tem dado sustentação, pelo menos, a manutenção desses hospitais.

O hospital Samária, do município de Rio do Sul, tem 10 leitos de retaguarda clínica, e um total mensal pactuado R\$ 65 mil mensais. Também o hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do município de Gaspar, que várias vezes fechou suas portas e que hoje está atendendo com a gerência também da prefeitura de Gaspar, tiveram aplicados 20 leitos de retaguarda clínica e 15 leitos merecem grandes atendimentos, que foram pactuados um repasse de R\$ 184 mil mensais.

O hospital OASE, da minha região, do município de Timbó, com recursos aprovados para 16 leitos de retaguarda, 10 leitos para a clínica e também a UTI adulto, uma pactuação com o governo federal, passa a receber mensalmente R\$ 322 mil mensais para custeio desses serviços.

No hospital Waldomiro Colautti, do município de Ibirama, deputado Aldo Schneider, foram aprovados também, 10 leitos de retaguarda clínica, e nós estamos numa luta grandiosa para abriremos os dez leitos de UTI que estão fechados ainda naquele hospital.

O hospital Bom Jesus, do município de Ituporanga, tem dez leitos e retaguarda clínica. O hospital de Presidente Getúlio, também com dez leitos de retaguarda clínica.

A lista de hospitais do vale do Itajaí, que tiveram recursos aprovados, srs. parlamentares,

pelo governo federal para custeio e procedimentos de urgência e emergência, ele prossegue.

Temos o hospital de Trombudo Central, que tem a pactuação de seis leitos; O hospital Dom Bosco de Rio dos Cedros, com a pactuação de 40 leitos de Unidades de Cuidados Prolongados e também 10 leitos de UTI adulto do hospital Beatriz Ramos, do município de Indaial.

Então, todos esses pequenos hospitais foram pactuados com esse novo programa do governo federal que pode dar sustentação, manutenção e daí também darem atendimento a nossa população. É grande a lista dos hospitais, aqui dei um pequeno exemplo, volto a esta temática, nos próximos dias, porque há uma grande preocupação dos gestores municipais e também da nossa população. Isso é preciso esclarecer, sr. presidente, que há, sim, a contrapartida do governo federal para atender, principalmente os grandes e os pequenos hospitais no que diz respeito à manutenção e bom atendimento à nossa população que tanto merece.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Sras e srs. deputados, nos vamos suspender a sessão, por tempo indeterminado, para que seja apresentado o relatório anual das atividades do Ministério Público de Santa Catarina, conforme o art. 101 da Constituição Estadual.

O requerimento foi assinado pelo procurador-geral Lio Marcos Marin.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO (Maurício Eskudlark) - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da vereadora Márcia Dassoler, do

município de São Miguel da Boa Vista, que veio até aqui com vários projetos e programas de trabalho da Câmara Municipal de Vereadores e que, neste momento, está presente nesta Casa.

A nossa saudação a toda população de São Miguel da Boa Vista em nome da vereadora Márcia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de fazer o registro da presença do nosso colega ex-deputado Nilson Gonçalves, que volta à Casa. Seja bem-vindo, deputado.

Também está presente o dr. Paulo Cesar, grande amigo e parceiro de Joinville que, mesmo emprestado para Florianópolis, sempre está conosco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Da mesma forma, cumprimento o deputado Nilson Gonçalves. Seja bem-vindo a esta Casa, a sua Casa, nossa Casa, a Casa do povo catarinense.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar que, nesta data, a Aflodef, uma entidade filantrópica aqui da capital, da Grande Florianópolis, que atende pessoas com deficiência física, está completando exatamente hoje 30 anos de atuação. É uma entidade importante que interage, inclusive, com esta Casa, através da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no desenvolvimento de ações que justamente tem o objetivo de incluir a pessoa com deficiência física na nossa sociedade.

Portanto, os nossos cumprimentos a esta entidade e o desejo forte de que ela continue fazendo, com muita propriedade, como tem feito, a defesa desses direitos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ficam registradas, nos Anais da Casa, suas manifestações.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0170/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a lei n.1324, de 1955, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários.

Dentro desse projeto foi apensado o ofício n. 0287/2014.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0008/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual da Pessoa com nanismo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, gostaria de fazer uma referência a este projeto de lei. Ele foi inspirado numa servidora desta Casa, chamada Liana, que está lotada inclusive na comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência.

A data escolhida é 25 de outubro, e o dia estadual da pessoa com nanismo tem como objetivo difundir informações, promover a inclusão profissional dessas pessoas na sociedade, buscando também desenvolver ações que possam de uma forma

ou de outra, melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, inclusive, combater a discriminação.

Nós temos no Brasil cerca de 9.500 pessoas com nanismo, avanços consideráveis já foram alcançados, nós não temos a cura, não temos como prevenir esta questão, mas é fundamental difundirmos informações para que possamos, de uma forma ou de outra, como dito aqui, melhorar, através de ações públicas, a qualidade de vida dessas pessoas.

Por isso, considero que esta é uma matéria também importante, porque vai justamente promover estas ações para enfrentar estes desafios no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu gostaria de fazer um comentário sobre o projeto do nanismo. Realmente é uma doença, ou uma patologia, ou uma característica que precisa de tratamento e precisa de atenção. Também há muita discriminação e, às vezes, falta de atenção do Poder Público. Então, é bem lembrada a proposta de um dia, porque quando se tem uma data, você pode, naquela data, fazer um evento, e aquele evento muitas vezes se multiplica.

Isso é uma coisa que parece de menor importância, mas tem impacto, no futuro, em decisões que vão ser tomadas. Gostaria de cumprimentar o deputado José Nei Ascari por isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do deputado Fernando Coruja.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0570/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao consumidor nos restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o pronto-consumo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que concede licença ao vice-governador do estado.

Art. 1º Fica concedida a licença ao vice-governador do estado de Santa Catarina para interromper o exercício das suas funções, durante o período de 17 de abril a 17 de maio de 2015, sem ônus para o erário, em razão de viagem com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, nos termos o art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" da Constituição do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, foi solicitada a inclusão de uma indicação, mas eu quero retirar e aproveitar para agradecer, já que foi incluída na pauta de hoje a Indicação n. 246, que, em função do debate com os servidores do Tribunal de Justiça, solicitava a reabertura das negociações. Mas eu acabo de receber informação de que há uma interlocução nomeada pelo presidente do Tribunal e já teremos amanhã, às 14h, uma reunião marcada com o sindicato e o Tribunal.

Então, eu solicito não mais a inclusão, mas a retirada dessa indicação da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h31, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.